

# MULHERES CONTRA O RACISMO

Número 2 • Novembro de 2011



## CAMPANHA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES GANHA NOVA FASE

A campanha pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com foco no racismo, ganhou uma segunda fase, que conta com novos materiais de divulgação e atividades. Parte do material e as estratégias da campanha foram preparadas em uma oficina da Frente de Luta pelo Fim do Racismo e a Frente de Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres da AMB, reunidas no Rio de Janeiro em outubro de 2011.

A campanha agitou as militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras ao longo de 2011. A apresentação em março, durante o Encontro Nacional da AMB, fez com que muitos agrupamentos estaduais se engajassem no lançamento da campanha, em 25 de julho, Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

Rodas de conversa, debates, “cabelações” e oficinas trataram do tema central da campanha: a afirmação da beleza dos cabelos das mulheres negras como resistência ao racismo, entendido como forma de violência simbólica e psicológica.

Nesta fase, mostramos nossa criatividade. Em breve, todas conhecerão os novos vídeos e saberão de cor a linda música “Uialá Mulher”, de autoria do grupo Loucas de Pedra Lilás (AMB/Fórum de Mulheres de Pernambuco) e gravada pelas companheiras dos Tambores de Safo (AMB/Fórum Cearense de Mulheres) para nossa campanha!

As atividades seguem em 2012, priorizando as seguintes dimensões:

- **Pedagógica:** esta dimensão será interna à AMB, voltada para as militantes que fazem parte dos agrupamentos, envolvendo atividades como oficinas, rodas de conversa, produção de texto e criação de recursos audiovisuais nos estados;
- **Institucional:** direcionada às DEAM's, Centros de Referência da Mulher, Juizados especiais e rede de saúde. Estaremos atentas ao chamado “racismo institucional”;
- **Externa:** voltada para toda sociedade.

### Uialá Mulher!

Negras de turbantes e saias rodadas  
Cantam o linguajar das nossas avós  
Palavras fortes, benzendo e curando  
Salubá Vovó! Salubá Vovó!

Uialá mulher! Uialá! Pitomba oió Pitó!  
Voz bonita pra valer!  
Salubá vovó! Salubá vovó!

Bote banca exija respeito  
Quem te dá valor desperta a gana  
Corta a raiz do preconceito  
Racismo é fel plantado na lama

[...]

Livre, quero cravar os dentes  
Malagueta e coragem,  
Na turba da malandragem  
Canalha e prepotente

Negra não é favela  
Nem cozinha de novela  
Negra é a cor da certeza  
Da vontade e da beleza  
Todo momento do dia  
Que me lembra a serventia  
A vergonha, a escravidão  
Grito: Quero reparação!

Uialá mulher! Voz bonita pra valer  
A sociedade das negras agora está aberta  
Ha muitas mulheres alertas  
E libertas pra viver!

[...]

# VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RACISMO:

**N**ós mulheres chegamos aos dias de hoje com a sensação de que muita coisa mudou e melhorou em nossas vidas em relação a gerações anteriores. Podemos estudar, votar, dirigir e trabalhar por uma remuneração. Conquistamos uma lei que nos protege contra violência doméstica e familiar e não precisamos mais de autorização formal de pais e maridos para fazer negócios. Tudo isso foi conseguido com a luta das próprias mulheres, brancas, negras, indígenas, do campo, urbanas, trabalhadoras de casa, das empresas, das ruas...

Essa comparação com o passado faz muitas de nós – e muitos homens também – acreditarem que “não temos do que reclamar” e que o feminismo está superado. Mas, quando percebemos que as mulheres são diferentes entre si e comparamos nossa condição com a dos homens, brancos e camadas privilegiadas da nossa sociedade, temos a sensação de que ainda vamos ter que lutar muito para viver em um mundo politicamente igual, justo e no qual todas nós possamos nos sentir livres, autônomas, seguras e respeitadas.

Em se tratando da violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é uma grande conquista de todas as brasileiras. Criada há 5 anos, no dia 07 de agosto de 2006, ela não existiria sem a garra do movimento feminista e dos movimentos de mulheres, que, indignados com a negligência com que éramos tratadas, exigiram do Estado brasileiro a criação de um mecanismo que reconhecesse a violência doméstica e familiar como uma afronta a nossos direitos humanos e que nos protegesse.

Uma grande vitória que não pode ser traduzida em números: hoje, todas as pessoas sabem que bater em mulher é crime! Muitas crianças, adolescentes e jovens crescem e se desenvolvem ouvindo isso e, felizmente, muita gente não aceita mais ouvir que “em brigada de marido e mulher não se mete a colher”.

Muitos homens, por medo ou reflexão (ou pelos dois) desistiram de agredir suas companheiras e muitas mulheres tomaram coragem de denunciar a violência. Tudo isso parece muito óbvio, e é até inacreditável pensar que não era assim há 5 anos atrás.

Comemoramos todas essas mudanças! E nos perguntamos: todos esses avanços foram suficientes para garantir direitos plenos a todas e acabar com desigualdades? A resposta é um sonoro NÃO! O que, infelizmente, não é muito surpreendente, já que uma lei pode fazer muito, mas não pode acabar de uma vez por toda com a mentalidade machista e racista que ainda existe na sociedade e no Estado.

## As mulheres são todas iguais? O que os números nos dizem...

Até hoje, os governos nunca se preocuparam em fazer uma pesquisa ampla, de qualidade, para saber mais sobre a violência contra as mulheres que considerassem suas diferenças e desigualdades de raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Isso já mostra que enfrentar esse problema não é uma prioridade para esses governos. E o problema não é pequeno: os dados existentes apontam que 43% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar. Ou seja, quase metade de todas as pessoas do sexo feminino.

No Brasil, a taxa de homicídio de mulheres, que é o número de pessoas vítimas de homicídios a cada 100 mil habitantes, diminuiu muito pouco entre 1998 e 2008. Em 1998, tínhamos 4,27 homicídios de mulheres para cada 100 mil. Em 2008, foram 4,17 para cada 100 mil.

O que mudou, de fato, foi o aumento das desigualdades nas taxas de homicídios de

mulheres negras e brancas. No caso das mulheres negras, essa taxa está crescendo, enquanto diminuiu para as mulheres brancas.

Os estados campeões de desigualdades entre brancas e negras são Alagoas, Paraíba, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e Pernambuco, nesta ordem. Olhando para o país como um todo, constatamos que, somente em 2008, morreram 45,7% mais mulheres negras do que mulheres brancas!<sup>1</sup>

Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas, para acabar com a violência contra as mulheres, precisam ser pensadas e implementadas de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público, a academia e os movimentos sociais investiguem e expliquem melhor porque ela ocorre dessa forma e criarmos mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos, a partir de suas especificidades – sociais ou culturais.

Por um lado, é possível que as mulheres negras estejam sendo mais agredidas – se sim, resta saber se na rua, em casa, ou em ambos. Porém, pode haver outra explicação, de cunho social e racista, pois, embora existam processos de resistências e aos poucos sejam criadas imagens alternativas, nossa cultura ainda tende a retratar as mulheres negras como erotizadas, bestializadas, instintivas, que devem ser capazes de “agüentar tudo”. O racismo, assim, contribui para que as mulheres negras não sejam valorizadas como seres humanos e sujeitos que contribuem para a sociedade. Seu espaço social acaba restrito a funções sexuais para servir aos homens. Para muitas pessoas, as mulheres negras são descartáveis e, por isso, podem apanhar e morrer.

<sup>1</sup> Infelizmente, não é possível obter os dados relativos aos anos anteriores devido a problemas de estimativa do número de mulheres brancas e negras nas UFs.

# O QUE FALTA PARA A LEI MARIA DA PENHA PROTEGER AS MULHERES NEGRAS?

Além disso, a maior parte das mulheres pobres e que vivem em territórios violentos são negras, o que as torna mais sujeitas a diversos tipos de violência e dificulta seu acesso a delegacias, casas-abrigo, assessoria jurídica etc.

Por outro lado, essas imagens negativas atreladas às mulheres negras também contaminam parte do Poder Judiciário, das estruturas policiais e de outros órgãos que deveriam atender as mulheres que sofrem violência. É o chamado **“racismo institucional”**, que nos impede de acessar nossos direitos e acaba nos impondo outras formas de violência: pelo racismo.

Mesmo assim, o que vemos ao nosso redor, é que as mulheres negras não se calam, lutam, resistem. Em nossa multiplicidade, trabalhamos, produzimos inúmeras formas de saber e de riquezas, conquistamos espaços para afirmação da nossa beleza e para gozo do nosso lazer, e sobretudo, lutamos para ter uma vida digna.

## Mulheres unidas pela igualdade e pela liberdade

Nós, mulheres da AMB, queremos direitos para todas! Queremos políticas públicas e mecanismos legais que continuem diminuindo o ainda elevado número de homicídios e agressões às mulheres brancas. E também queremos que esses mesmos instrumentos garantam os direitos e a dignidade de negras e indígenas.

Queremos andar livremente pelas ruas a qualquer hora do dia e da noite e com a roupa que desejarmos! Queremos ter autonomia e não aceitamos ser tratadas como inferiores.

É por isso que, em 2011, celebramos a Lei Maria da Penha como uma grande conquista de todas. Considerada uma das melhores leis do mundo para assegurar uma vida livre de

violência às mulheres, ela deve ser implementada, e não alterada. Para isso, reivindicamos dos governos federal, estaduais e municipais a expansão dos serviços, políticas e equipamentos públicos que garantam sua aplicação. Eles ainda estão longe de atender as necessidades das brasileiras, o que coloca a vida de muitas de nós em risco. Não podemos mais ser ignoradas pelas políticas de Segurança Pública.

Queremos um Poder Judiciário democrático, que, em vez de reproduzir o racismo e machismo de nossa sociedade, contribua para sua superação. Temos denunciado e vamos continuar nos posicionando, junto com os sujeitos aliados que temos ali, contra decisões machistas que culpam as mulheres pela violência que sofrem e que recusam os mecanismos legais inovadores que batalhamos tanto para criar.

Repudiamos todas as formas de desigualdades e damos continuidade à luta pelo fim do racismo. Queremos que os poderes públicos finalmente ouçam as vozes das mulheres negras e indígenas e reconheçam as inúmeras formas de desigualdade e discriminação que as atinge. E que o Estado se dedique a promover nossos direitos. Uma vida sem violência é direito de todas, e não apenas de algumas.

Na AMB, estamos atentas e comprometidas a produzir análises e incidências feministas que considerem a questão étnica e racial.

Sabemos que fomos capazes de avançar muito, mas que nós mulheres temos, sim, muito a conquistar. É por isso que seguimos nossa luta feminista e gritamos bem alto para quem quiser ouvir: queremos uma sociedade justa e igualitária para todas as pessoas! De todas as raças, de todas as cores e etnias, do campo e da cidade, do litoral e da floresta. De todas as idades e orientações sexuais! Queremos justiça, autonomia e liberdade!

Taxa de homicídios femininos por raça/cor e índices de vitimização de mulheres negras

UF/REGIÃO	Taxas (em 100 mil)		Vitimização %
	Branca	Negra	
Acre	5,7	2,0	-65,2
Amapá	0,0	5,3	-
Amazonas	1,4	4,4	201,9
Pará	3,1	4,8	55,3
Rondônia	5,7	4,3	-23,5
Roraima	8,8	3,3	-62,8
Tocantins	2,7	3,3	22,5
<b>NORTE</b>	<b>3,2</b>	<b>4,4</b>	<b>35,6</b>
Alagoas	0,6	6,4	1.022,1
Bahia	2,2	4,4	99,7
Ceará	1,3	2,6	103,4
Maranhão	1,1	2,9	169,1
Paraíba	1,0	6,3	517,5
Pernambuco	2,6	9,0	251,4
Piauí	1,5	2,6	70,4
Rio Grande do Norte	1,2	4,9	323,7
Sergipe	2,9	3,4	19,1
<b>NORDESTE</b>	<b>1,7</b>	<b>4,7</b>	<b>176,8</b>
Espírito Santo	3,9	13,1	232,3
Minas Gerais	2,8	4,0	44,5
Rio de Janeiro	2,9	6,0	107,5
São Paulo	3,2	2,9	-10,0
<b>SUDESTE</b>	<b>3,1</b>	<b>4,5</b>	<b>46,4</b>
Paraná	6,1	3,8	-37,2
Rio Grande do Sul	4,0	3,2	-20,6
Santa Catarina	2,7	2,1	-21,5
<b>SUL</b>	<b>4,4</b>	<b>3,4</b>	<b>-23,9</b>
Distrito Federal	1,6	8,3	422,8
Goiás	3,7	6,3	69,2
Mato Grosso	4,4	6,4	44,0
Mato Grosso do Sul	4,3	3,8	-12,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>3,6</b>	<b>6,3</b>	<b>77,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>3,2</b>	<b>4,7</b>	<b>45,7</b>

Fontes: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfisz

# A LUTA ANTIRRACISTA COM A CARA DA AMB

Assumir as desigualdades e construir nosso poder como agentes de transformação social é o que nos dá força para reformular práticas e ideias racistas

Esforços para a superação do racismo têm sido priorizados pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) desde a sua fundação. Nessa trajetória, aprendemos que pensar a emancipação e autonomia das mulheres requer a identificação e o fim dos diferentes mecanismos de opressão e produção de desigualdades também entre as próprias mulheres. Entendemos que o patriarcado opera em conjunto com a exploração de classe e com o racismo, o que torna as mulheres sujeitas a dinâmicas sociais diferentes, de acordo com nossa posição socioeconômica na sociedade e nossa raça/etnia e, por isso, optamos por uma luta feminista antirracista.

Transformar o mundo passa também pela reflexão sobre nosso próprio movimento, que reúne mulheres brancas, negras e indígenas, situadas no campo, na cidade e na floresta, heterossexuais, lésbicas e bissexuais, com idades, graus de escolaridade, classe sociais diversos. Este desafio impõe a todas nós a difícil, porém gratificante tarefa de repensar e debater a todos os momentos nossas práticas

cotidianas. Também nos motiva a desconstruir hierarquias, privilégios, preconceitos e estereótipos que muitas vezes nem percebemos que existem, porque foram aprendidos há muito tempo e são considerados “naturais”. Para isso, precisamos de muita coragem, cabeça aberta e determinação.

Este debate tem sido central para a Frente de Luta Antirracista da AMB. Se percebemos ser fundamental tomar a luta antirracista como prioridade do nosso movimento feminista, precisamos lidar com algumas questões urgentes: O que as mulheres brancas têm a ver com o racismo? O que as mulheres negras e as mulheres indígenas têm a ver com o racismo? Como podemos produzir interpretações, propostas e ações que considerem com o mesmo peso as experiências de todas nós, e não apenas das mulheres brancas?

A professora Maria Aparecida Bento<sup>1</sup> relata seu aprendizado ao longo de mais de 20 anos ministrando cursos de formação sobre raça para instituições do movimento sindical. Ela conta que a maioria d@s participantes, ao discutir raça, espera falar sobre algo que está na sociedade, “lá fora”, e que não @s envolva diretamente ou envolva as instituições de quem fazem parte. Ela conta que a tarefa mais delicada é discutir o fato de que as pessoas brancas obtêm privilégios concretos e/ou simbólicos em uma sociedade racista. Por outro lado, a condição de estar sujeit@ à discriminação, associada à inferioridade e muitas vezes internalizada, nem sempre é assumida prontamente pelas pessoas negras.

Este conhecimento sobre como o racismo funciona “lá fora” e “aqui dentro”, em vez de nos dividir, deve nos aproximar na busca de alternativas e de mudanças concretas. Assumir as desigualdades e construir nosso poder como agentes de transformação social é o que nos dá força para reformular práticas e ideias racistas. E essa é uma tarefa de todas da AMB, seja em momentos de discussão e articulação das mulheres negras, seja em espaços que reúnem mulheres de todas as raças e etnias.

A AMB já deu passos importantes nesse sentido. Desde sua criação, as mulheres negras têm estado presentes nas instâncias de decisão e articulação do movimento. Dialogamos com outras articulações e movimentos de mulheres negras, contamos com uma Frente para lidar com o tema e buscamos incluir a perspectiva racial em nossas propostas e análises.

Contudo, este é um trabalho de aprendizagem e reinvenção que não termina nunca. As análises sobre o funcionamento do racismo e seus impactos sobre mulheres negras e brancas, a revisão de nossas práticas cotidianas e o fortalecimento ou reorganização dos Grupos de Referência e Mobilização nos estados são deveres de casa do nosso feminismo que não se cala diante do racismo.

1 Bento, Maria Aparecida Silva. “Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro. In: *Psicologia social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

## EXPEDIENTE

Redação: Ana Claudia Jaqueto  
Revisão: Analba Brazão e Beth Ferreira  
Jornalista responsável: Daniela Lima (DRT/DF 4926)  
Tiragem: 1500 exemplares  
Diagramação: Arsvventura Imagem & Comunicação

Nota: Neste jornal, usamos o símbolo @ para o masculino e o feminino, quando falamos dos dois sexos.  
Apoio: Fundo Holandês para a Meta do Milênio 3 (MDG 3 Fund)  
[www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br)  
[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)

